

O ambiente urbano e o ideal de cidade no Estado e pranto da Igreja de Álvaro Pais

Armênia Maria de Souza

Professora de História Medieval do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás e doutoranda em História Social no Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília

Resumo

O objetivo deste artigo é propor uma reflexão sobre o ideal de Cristandade vislumbrado por Álvaro Pais. Este franciscano teve sua trajetória de vida religiosa marcada pelo ambiente citadino. Assim, a sua obra é rica fonte para se entender a dinâmica urbana na Baixa Idade Média a partir dos relatos do cotidiano das pessoas nas cidades que conheceu.

Palavras-chave: Cidade. Igreja. Cristandade.

Abstract

The objective of this article is to consider a reflection on the ideal of Christianity glimpsed for Álvaro Pais. This franciscan had its trajectory of religious life marked by the environment city dweller. Thus, its workmanship is rich source to understand the urban dynamics in the Decrease Average Age from the stories of the daily one of the people in the cities that knew.

Keywords: City. Church. Christianity.

Atualmente, o historiador tem na cidade um objeto a mais para a sua área de estudos. A historiografia contemporânea procura entender a cidade não mais como um local de habitações, prédios comerciais, extraordinários edifícios religiosos ou estatais e casas residenciais, mas como um campo que envolve diversos aspectos a serem levados em consideração, tais como: o social, o cultural, o religioso, o econômico, dentre outros.

Como ressalta Jacques Roussiaud¹, a cidade não é mais considerada pelos historiadores um elemento de estudo isolado, pois insere-se numa teia complexa de relações (religiosas, mercantis, artesanais, etc.), por intermédio da qual se propagam para os lugares mais distantes os modelos de comportamento provenientes das metrópoles.

Ulpiano Bezerra T. de Meneses², utilizando-se do pensamento de Chaussinaud-Nogaret³, define a cidade como um *ser* social, alertando para o fato de que não é

possível definí-la de forma objetiva, pois seria quase impossível abranger a totalidade de seus aspectos. Assim, Meneses propôs “humanizar” a cidade, a fim de compreender o seu conteúdo. Esse autor ressalta ainda que, para captar melhor a dinâmica da vida urbana, existe a necessidade de se historicizar a cidade como ser social. Isso significa levar em consideração que a cidade deixou de ser apenas um aglomerado de ruas e construções, tornando-se um ambiente que acolhe sujeitos ativos capazes de participar de sua constante mutação. De acordo com este estudioso, a cidade sofre constantemente a ação humana, que é orientada pelas representações sociais inerentes a cada sociedade.

Fernando Chueca Goitia também conceitua cidade como um ser histórico, para ele “[...] a cidade não consiste em ser estrutura, nem em ser alma coletiva, consiste noutra coisa cujo ser é histórico”.⁴ Afirma ainda que como *ser* ela possuiria um aspecto identitário que a

¹ ROSSIAUD, Jacques. O citadino e a vida na cidade. In: LE GOFF, Jacques. *O homem medieval*. Lisboa: Presença, 1989, p. 100.

² MENESES, Ulpiano Bezerra T. de. Morfologia das cidades brasileiras. Introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. *Revista USP*, São Paulo, n. 30. jun./ago. 1996, p. 144-155.

³ Apud, MENESES, 1996.

⁴ GOITIA Chueca. *Breve história do urbanismo*. 4. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 29.

diferenciaria das demais, mesmo ante às constantes mudanças que ocorrem cotidianamente no seio urbano.

Goitia⁵ ampara-se na tese de Robert Park para confirmar a sua idéia de que a cidade não é só uma realidade estrutural (material), mas também uma realidade espiritual, estando esses dois aspectos entrelaçados a uma entidade superior: o ser histórico. Park⁶ afirma que a cidade é algo mais que um “[...] conjunto de indivíduos e vantagens sociais, mais que uma série de ruas, edifícios, luzes, etc...”, é mais que uma mera constelação de instituições e corpos administrativos, tais como tribunais, hospitais, escolas, segurança pública, funcionários civis de toda a espécie. Ela é principalmente um estado de espírito, um conjunto de costumes e tradições, com sentimentos e atitudes inerentes a esses costumes, que se transmitem por tradição. Sabendo que a tradição é parte de um processo dinâmico, no qual as “passagens” e as “heranças” de sentimentos e costumes dependem de constante escolha e atualização por parte dos membros desta ou daquela sociedade.

Diante do exposto, evidencia-se o objetivo dos estudiosos da história urbana, qual seja: o de apresentar a cidade sob novos pontos de vista. Certamente, tal objetivo colaborará com o enriquecimento teórico-metodológico para este campo de estudo. A obra de Álvaro Pais permite interações diretas com esse campo e concede suporte substantivo às novas reflexões sobre a história das cidades.

A concepção alvarina de cidade

As cidades que antes eram vistas como monumentos e estruturas materiais de concreto passaram a ser acervos documentais, um texto a ser lido e interpretado para o conhecimento dos signos ou hieróglifos apresentados ao historiador.⁷ Compreender o movimento inovador das cidades e, ao mesmo tempo, perceber as permanências e os traços culturais e ideológicos por meio dos diversos elementos que uma narrativa sobre a vida cotidiana na cidade fornece, impõe responder, de imediato, como é possível retirar tais elementos da obra de Álvaro Pais.

No caso da obra desse franciscano galego do século XIV, é preciso explicitar sua concepção de cidade, utilizando-se do relato que fez sobre o comportamento dos cidadãos. Nessa investigação, pode-se abstrair a postura moral deste religioso ante a Jerusalém terrestre (a cidade de seu tempo), apresentada como um lugar cheio de contradições e pecados.

De início, indagou-se se haveria elementos suficientes no *Estado e pranto da Igreja* para entender a dinâmica urbana da primeira metade do século XIV e o modelo ideal de cidade para Álvaro Pais. No percurso da investigação, inúmeros aspectos foram encontrados nesta obra. Além das referências feitas à *Jerusalém terrestre* pranteada pelo profeta Jeremias, o autor fornece diversas informações sobre o ambiente cidadão. Álvaro Pais vislumbrava um modelo de cidade, à *Jerusalém Celeste*, que para ele significava “pátria bem-aventurada e pacífica”.⁸ A influência agostiniana em sua concepção de cidade é algo evidente ao identificar a Cidade e a Igreja como sendo instituições semelhantes.

Antes de compreender a noção de cidade alvarina, é preciso entender o ideal de ser humano para Álvaro Pais. João Morais Barbosa⁹ salienta que o prelado galego concebia o homem como um indivíduo no sentido pleno do conceito, um ser autônomo em relação aos demais entes do universo, e, portanto, não passível de fragmentação em outros seres. Todavia, este pensamento não foi uma contribuição original do frade galego, que bebera nas fontes de S. Boaventura, de S. Tomas de Aquino e de Santo Agostinho para refletir sobre o modelo de *homem* desejado. Barbosa¹⁰ ressalta ainda que o conceito de *Homem* teorizado por Platão foi amplamente retomado pelos autores eclesiásticos medievais e identificado com o de *anima*: o homem seria, essencialmente, uma alma a servir-se de um corpo, o que vem a contemplar a visão beatífica do futuro para o homem do medievo.

A teoria platônica possibilita entender a imortalidade da alma, que, ao contrário do corpo, é uma entidade incorruptível. O homem, no seu conjunto, seria um espírito preso a um corpo, exposto constantemente à *damnatio aeterna* já que o corpo nada mais seria que simples

⁵ Idem, 1996, p. 32.

⁶ Apud, GOITIA, 1996, p. 32.

⁷ FRISBY, David. The metropolis as text: Otto Wagner and Vienna's "Second Renaissance", *Renaissance and modern studies*, Nothingan (UK), n. 40, 1998, p. 1-16.

⁸ EPI II, art. 52º, v. VI, 1996, p. 211.

⁹ Cf. BARBOSA João M. *O De statu et planctu ecclesiae*: estudo crítico. Lisboa: Ed. Universidade Nova de Lisboa, 1982, p. 264.

¹⁰ BARBOSA, 1982, p. 264.

matéria. Tal conceito explicaria, *a priori*, o cuidado de frei Álvaro com os homens de seu tempo, refletindo sua concordância com a posição agostiniana de valorização do espírito em detrimento do corpo — mero instrumento a serviço da alma e das aspirações divinas.

De acordo com este raciocínio, os homens destinariam-se à *hierosolyma caelestis* (Jerusalém celeste), a cidade idealizada por ele, que analogicamente representaria o paraíso. Apresenta-se em seu pensamento uma concepção salvífica da humanidade, concepção presente em todas as soluções propostas por este frade, como salienta o filósofo português João Morais Barbosa¹¹, aos pecados dos homens nos âmbitos político, religioso e ético,

Através dessa conceituação, pode-se entender a criação de um modelo comportamental para o cidadão em *Societas Christiana*, na obra de Álvaro Pais. Em seu pensamento, o mundo girava em torno da obediência à vontade divina. Nesse universo, o que importa saber é que a desobediência seria um fator desencadeador de inúmeras conseqüências maléficas, as quais desarticulariam a ordem natural das coisas, levando o homem a afastar-se de seu ideal maior: a remissão dos pecados, com vista a alcançar um único objetivo, a beatitude eterna.

Assim, o discurso eclesiástico, adotado por Álvaro Pais como legítimo, apresenta o cristão como um peregrino neste mundo a caminho do Reino de Deus, da Terra Prometida. O estudioso da História da Igreja, Francisco J. da Silva Gomes¹², destaca que, na linguagem medieval, o homem era denominado *viator*. O cristão não teria cidade neste mundo, seria um estrangeiro (*peregrinus*) com o seu domicílio definitivo na cidade terrestre, mas pertencente à cidade celeste devido à sua essência espiritual.

Giulio Carlo Argan¹³ ressalta que a utopia da cidade ideal esteve profundamente arraigada em todos os períodos históricos, sendo algo próprio do caráter sacro inerente a cada instituição e “[...] confirmado pela contraposição recorrente entre cidade metafísica ou

celeste e a cidade terrena ou humana.”¹⁴ A concepção exposta por este historiador da arte ajuda a entender a idealização feita pelo prelado galego para a *civitas* de seu tempo. Ressalta ainda Argan que uma cidade ideal implica em seu desenho (ou planta) a concepção de nela “[...] realizar-se um valor de qualidade, na medida, que por postulado, qualidade e quantidade sejam entidades proporcionais.”¹⁵ A hipótese desse autor sobre a cidade ideal é a de que a cidade é “[...] representativa ou visualizadora de conceitos e valores” e que a ordem urbanística, no caso a medieval, não refletiria somente os aspectos de ordem social, mas a razão metafísica ou divina que a instituição urbana proporciona ao seu idealizador e/ou interlocutor.

O pensamento de Álvaro Pais reflete este raciocínio ao repetir toda uma tradição e/ou concepção agostiniana sobre a cidade. As alegorias expressas pelo frade galego revelam um caráter comparativo entre a *cidade* de seu tempo e a idealizada por ele, especialmente quando toma as proposições do Profeta Jeremias:

*Historicamente falando a Jerusalém terrestre foi despojada do seu povo, repleta de ignomínia, e humilhada pelos inimigos. Outrora populosa e gloriosa entre os inimigos, tornou-se como uma viúva a senhora das nações (Trenos, I, II), destituída de reis, desamparada de sacerdotes, o templo profanado, privada de vasos honrosos, e carecida do auxílio de Deus, ela que era a senhora das nações que antes vencera e subjugara.*¹⁶

É preciso salientar que “a viúva senhora das nações” era uma alegoria para referir-se à Igreja possuidora de duas faces: uma celeste e outra terrestre. O autor chama atenção para a *igreja/cidade* de seu tempo que, destituída dos seus pastores, encontrava-se em ruína. Por isso, devia ser chorada constantemente, posto que aqueles que deviam cuidar do rebanho de Cristo estavam distantes dos seus deveres para com a Igreja.

A cidade idealizada pelo frade galego identificava-se com um ser ontológico representado pela pureza da fé e

¹¹ Idem, 1982, p. 264.

¹² GOMES, Francisco J. S. Peregrinatio e Stabilitas: monaquismo e cristandade ocidental do século VI a VIII. In: RIBEIRO, Maria Eurydice de B. O saber na Idade Média. *Textos de História: Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB*, Brasília, UnB, v. 9, n. 1/2, 2001, p. 87.

¹³ ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

¹⁴ Idem, 1995, p. 73-74.

¹⁵ Idem, 1995, p. 74.

¹⁶ EPI II, art. 4º, v. IV, 1994, p. 79.

pela beleza do espírito presentes na Jerusalém celeste, que segundo ele foi “corrompida pelos hereges ou maus católicos.”¹⁷

A cidade é por excelência o palco de diversos acontecimentos, não se pode esquecer que, nesse período, havia, ainda, uma relação íntima da cidade com o campo. A despeito desse vínculo, era no espaço das cidades que se veiculavam todos os tipos de idéias. Diferente da vida campesina, era no ambiente urbano que se desenvolviam as atividades dos teólogos, dos juristas, dos médicos, dos banqueiros, dos comerciantes, o que possibilitava a criação de uma atmosfera rica e cheia de mudanças. Para Rossiaud, o ambiente urbano tornou-se “[...] sede de uma humanidade muito especial, condenada por uns e elogiada por outros.”¹⁸

O tempo da transformação aparece com muito mais freqüência no meio urbano do que no rural, mas as novidades nem sempre são aceitas pelos habitantes de determinada localidade, que representam a mudança ora como desordem, ora como “progresso”, progresso, então, entendido como algo negativo. Dedutivamente, a cidade real nem sempre corresponde aos modelos idealizados por seus projetores.¹⁹ Esse paradoxo está presente no discurso alvarino, que concebe a cidade como um espaço de constante dinamização e, ao mesmo tempo, de ameaça ao bem comum dos fiéis, então sujeitos ao pecado justamente por conta da mudança nos hábitos e costumes. O ambiente urbano era um campo fértil à recepção de idéias dos mais diferenciados matizes.

Jacques Le Goff²⁰ ressalta que nas cidades medievais, especialmente a partir dos séc. XIII e XIV, surge um novo tipo de população urbana, da qual fazem parte os elementos marginais que passam a viver no limite que enlaça a pobreza, a miséria e o crime. E que esta situação era patente também para as mulheres que se debatiam entre a miséria e a prostituição.

Na segunda parte do *Estado e pranto da Igreja*, encontram-se várias citações sobre o ambiente urbano nas várias regiões européias, os locais mais citados pelo frade franciscano foram: Espanha, Itália, França e Portugal. Locais que conhecia bem, pois nasceu em

Salnés na Galícia, Província de Santiago de Compostela; foi noviço franciscano em Assis; estudou direito canônico em Bolonha, onde se tornou também professor; atuou como penitenciário da cúria papal de Avinhão e bispo da diocese de Silves, atual Faro, por bula de 09 de junho de 1333, onde dois anos antes fizera a correção de sua primeira obra, como ele mesmo faz questão de assinalar:

*Por mão própria corrigi e apostilei esta obra duma vez no ano do Senhor de 1335 no Algarve de Portugal, onde sou prelado, na vila de Tavira. E, segunda vez corrigi-a e apostilei-a em Santiago de Compostela no ano do Senhor de 1340.*²¹

Nota-se, por sua própria trajetória de vida, que Álvaro Pais era por excelência um cidadão e não esteve alheio às transformações de seu tempo, tal como ressaltou numa passagem de sua obra:

[...] *detestando e acautelando-se do pecado por amor da pátria (celeste), reinarão com Cristo livre, em perpétua liberdade, naquela Jerusalém celeste, mãe livre (Gal., IV, 26), livre — digo — da necessidade das coisas deste mundo, do ataque dos demônios e vícios, e da miséria e escravidão dos corpos que todos os dias se corrompem.*²²

A permanência do pecado na cidade/igreja/sociedade faria com que a cidade viesse a perder o seu brilho já que os seus membros — o rebanho de Cristo — encontravam-se perdidos e desamparados, dando ao ambiente urbano um ar de perversidade e medo. Um dos grandes temores de Álvaro Pais era o de que a Cristandade não viesse a desfrutar dos benefícios da cidade celeste. Para ele, a cidade era, ao mesmo tempo, a fonte de *salvatio* e *damnatio*, era ela quem possibilitava ao homem a purgação de seus pecados por meio da penitência diária e da vivência na humildade para, enfim, chegar à Jerusalém celeste: “[...] ela é a cidade do alto e a sua morada é nos céus [...] pois, ai dos que habitam a terra.”²³

A cidade alvarina era por conseqüência um ente

¹⁷ EPI II, art. 4º, v. IV, 1994, p. 95.

¹⁸ ROSSIAUD, 1989, p. 99.

¹⁹ ARGAN, 1996, p. 75.

²⁰ LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrum*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998, p. 46.

²¹ EPI II, v. VIII, 1998, p. 435.

²² EPI II, art., 52º, v. VI, 1996, p. 199.

²³ EPI II, v. IV, 1994, p. 375.

espiritual, algo que muitas vezes seria inalcançável aos seres humanos comuns. Ao contrário dos monges, que se encerravam nos muros de seus conventos e mosteiros e viviam em constante oração, o cidadão era um elemento que vivia as contradições do meio urbano, sendo muito mais vulnerável às situações de pecado do que os religiosos em sua vida claustral. Por este motivo, frei Álvaro cobrava com veemência uma postura ética e moral dos clérigos regulares e seculares para com os fiéis, os quais deveriam ser guiados na fé pela Igreja, afinal esses estavam mais suscetíveis à *damnatio aeterna* do que os prelados.

Outra correspondência feita por Pais é entre a cidade e o universo feminino, dando um caráter pejorativo à associação, como se nota na citação em epígrafe, com base no livro do profeta Jeremias:

*Jerusalém (a Igreja) tornou-se uma mulher manchada com a menstruação, pela vanglória de seus membros, na medida em que nos atribuímos bens por mera vaidade. Assim como manchamos aquilo em que tocamos com o mênstruo, e assim como é abominável a mulher que o padece, assim é hoje grande parte dos cristãos para as outras gentes.*²⁴

Ao que tudo indica, Álvaro Pais preocupava-se em demasia com o 'cidadino' por esse estar constantemente exposto ao pecado; por isso, procura delimitar em sua obra (que pode ser entendida como um manual de comportamento) o modo como as pessoas que viviam no ambiente urbano deveriam se comportar, considerando as normas prescritas pelo clero. O pensamento alvarino apresenta uma lógica particular que previa que toda e qualquer ação pecaminosa deveria seguir-se de uma restituição. Na tentativa de ordenar o que entendia por caos urbano e social propunha, por exemplo, que fossem restituídos todos os bens adquiridos de forma ilícita por qualquer membro da sociedade. A esse respeito ressaltava que, pelo fato de estarem mais suscetíveis ao pecado, os segmentos urbanos — inclusive o clero secular — eram obrigados à restituição de qualquer ação pecaminosa, ou seja, deviam dar uma resposta à Igreja ou

aos fiéis sobre o mau comportamento através da expiação de seus pecados. “[...] como procederá, pois, o sacerdote com os peleiros, sapateiros, pintores, padeiros, estalajadeiros, mercadores e semelhantes, que não vendem seis moedas de qualquer coisa sem mentirem ou jurarem seis vezes [...]”²⁵

Além destes segmentos, o autor menciona ainda a presença de médicos e/ou boticários que faziam “tóxicos ou venenos” para a saúde do corpo; os artesãos, ourives, ferreiros, “[...] que dizer dos que fazem bestas, arcos, lanças, gládios, cutelos, sapatos ornados, aurifrigios (tinta), dardos, coroas de rosas e outros vãos ofícios, de cujo lucro vivem vendendo ou comprando?”²⁶

As citações acima demonstram a dificuldade da Igreja em lidar com essa nova dinâmica social e urbana. A necessidade de categorização dos pecados sociais, evidente nas preocupações de Álvaro Pais, definia as novidades do espaço urbano e mapeava tudo aquilo que era contrário à ordem estabelecida. A categorização tinha como objetivo último impor aos diversos grupos cidadãos modelos de conduta que fossem ao encontro do estipulado pela instituição eclesiástica. Como ressalta Le Goff²⁷, a partir do séc. XIII, surgiu um sistema de valores que já não “respeitava o caráter sagrado dos prelados.” Isso é evidente quando notamos as reclamações feitas pelo frade galego sobre os mercadores e comerciantes de seu tempo, que trabalhavam nos dias de festas do calendário cristão desrespeitando toda uma ordem estabelecida. Pelo que se pode perceber da leitura do frade, esta mudança atingiu até mesmo o campo, pois há críticas dirigidas também aos rurais ricos e camponeses que, pelo mesmo motivo, deixavam de se dedicar aos ofícios cristãos.

Para Goitia²⁸, a cidade medieval estava muito mais próxima de um processo moral do que de um processo artístico, devido à sua grande dependência das ações humanas. A cidade refletia a realidade ideológica vigente nos elementos que a habitavam, pois era a expressão da alma coletiva, o que pode explicar o apego à Jerusalém celeste por parte dos medievais.

As informações de Álvaro Pais sobre a dinâmica cidadina não representam dados explícitos, mas nem por

²⁴ EPI II, art., 7º, v. IV, 1994, p. 127.

²⁵ EPI II, art. 46º, v. V, 1995, p. 549. Neste artigo, frei Álvaro trata das restituições a que todos os membros da *Societas Christiana* estavam sujeitos por causa de algum erro cometido contra outro ou contra a própria Igreja.

²⁶ EPI II, art. 46º, v. V, 1995, p. 553.

²⁷ LE GOFF, Jacques. *A civilização do ocidente medieval*. Lisboa: Estampa, v. II. 1983, p. 55.

²⁸ GOITIA, 1996, p. 35.

isso deixam de ser reveladoras de uma realidade social, política e econômica premente dos centros urbanos:

*Realmente, importa que haja tabernas, estalagens e lojas por causa dos transeuntes e da vida comum dos homens, pois muitas regiões pereceriam, se os mercadores não lhes levassem alimentos e outras coisas necessárias.*²⁹

Essa passagem demonstra as diversas atividades nos centros urbanos com a existência de estabelecimentos comerciais necessários a um novo estilo de vida que se impunha na Europa desde finais do século XI; mas que, na primeira metade do século XIV, tornou-se evidente. Feita por Adalberon de Laon por volta de 1030, a célebre distribuição dos grupos sociais em *oratores, bellatores e laboratores* não contemplava mais a nova situação, marcada pelo dinamismo comercial e urbano e pelas mudanças de todos os matizes que se instalavam no seio dos diversos reinos europeus. Novas exigências surgiam no meio urbano com a necessidade de profissionais liberais, como os advogados, jurisperitos, juizes, notários, escrivãos, dentre outros. No discurso alvarino, nota-se a presença de profissionais assalariados, ligados, por exemplo, ao ofício advocatício: “Mas, se o que pede conselho for rico, pode receber o salário pelo conselho.”³⁰ Referindo-se à cidade de Bolonha, diz ter havido uma abundância de advogados que para “[...] subtrair o ganho aos que são bons, contentam-se como vis e abjectos que são com um pequeníssimo salário [...]”.³¹

Frei Álvaro via na cidade também um lugar próprio para os negócios escusos praticados pelos comerciantes, que se aproveitavam do burburinho dos grandes centros para ganhar lucros exorbitantes. Seu relato associa a atitude dos mercadores ao pecado:

*[...] vendendo mais caro aos peregrinos e transeuntes [...] pecam usando pesos e medidas falsos [...] os vendedores de panos que escolhem lugares escuros para venderem os panos que aí parecerão doutra qualidade...*³²

Noutro trecho de sua obra, faz uma alusão aos comerciantes da cidade da Lombardia, ressaltando-lhes a falta de honestidade quanto à prestação de serviços:

*[...] como fazem os estalajadeiros vendendo comida estragada por boa, e os taberneiros misturando e aguando o vinho, e vendendo o vinho mau, avinagrado ou botado, que na Lombardia chamam chercon, ou outra coisa estragada por boa, pondo açúcar no mel, misturando água no leite, e trigo ou cereal mau com bom.*³³

Os elementos urbanos traçados por Álvaro Pais inseriam-se no forte dinamismo que as cidades medievais adquiriram a partir dos séculos XII e XIII com o comércio, constituindo uma sociedade que mais tarde seria denominada burguesa, composta não só por mercadores viajantes, mas por inúmeros profissionais que passaram a atender às novas necessidades dos incipientes centros urbanos.³⁴

O discurso religioso propalado por Álvaro Pais reflete também uma realidade conflituosa entre a ordem feudal e senhorial e o novo segmento mercantil que se desenvolvia nas cidades. Tal contradição pode ser verificada no relato do frade:

*Ora, os mercadores e mercenários pecam, primeiro, porque vendem as mercadorias e não entregam os dízimos pessoais que são obrigados a pagar, não só dos bens prediais, mas também das coisas pessoais.*³⁵

O reflexo deste discurso vai ao encontro de um grupo cidadão cada vez mais cioso de liberdade jurídica para a administração dos seus negócios e que já contribui com as taxas cobradas pelo poder municipal na maioria das cidades européias, em prol de obras públicas que viessem a atender especialmente a construção de muralhas e estradas. O que se nota por meio do escrito do autor é que a Igreja não comungava dos mesmos interesses das comunas mercantis que se fortaleciam cada vez mais no interior das cidades. Ora, se os comerciantes já participavam da administração de inúmeras cidades contri-

²⁹ EPI II, art. 42º, v. V, 1995, p. 421.

³⁰ EPI II, art. 46º, v. V, 1995, p. 527.

³¹ EPI II, art. 35º, v. V, 1995, p. 343.

³² EPI II, art. 42º, 1995, v. V, p. 423.

³³ EPI II, art. 42º, 1995, v. V, p. 425.

³⁴ GOITIA, 1994, p. 35.

³⁵ EPI, V, art. 42º, 1995, v. V, p. 419.

buindo, muitas vezes de forma obrigatória, com taxas e impostos, era natural que se recusassem ao pagamento exorbitante dos dízimos às igrejas, mesmo porque sua maioria era composta por judeus.

Não se pode ignorar o papel sócio-econômico da comunidade judaica no ambiente citadino. Segundo Maria José Pimenta Ferro³⁶, a minoria judaica era controlada por meio do pagamento de inúmeros impostos. Para manter os seus direitos, os seus usos e costumes e os seus magistrados, havia sempre um alto custo a ser contabilizado. Formavam por assim dizer uma sociedade paralela à cristã, uma cidade dentro de outra fechada em si mesma. Os tributos ao governo iam desde a captação ao rendimento e mantimento diário — inclusive dízimos à Igreja —, até uma co-participação nos impostos e despesas dos conselhos e das comunas.

Ainda, o texto alvarino demonstra a existência de propriedades por parte da elite mercantil, o que se contrapõe às relações feudais vigentes naquela sociedade. A posse de propriedade permitia aos banqueiros e ricos comerciantes um poder econômico que se refletia num estilo de vida diferente dos demais e na construção de bairros onde esses “novos ricos” concentravam-se.

Como exemplo, Cibelle Crossetti de Almeida³⁷ ressalta que surgiu, em decorrência desta intensa dinâmica urbana, a elitização do espaço urbano, como ocorreu na cidade de Burgos, pertencente ao Reino de Castela. Nessa cidade, um modelo de separação social e política refletiu-se em sua própria topografia, visto que os cavaleiros-vilãos estabeleciam-se na rua principal, Sainct-Llorente — ou em suas imediações. A autora afirma que este desenvolvimento urbano não foi exclusivo de Burgos, sendo observado em outras cidades castelhanas como Ávila e Valladolid.

Nesta “nova cidade”, o contraste entre estrutura feudal vigente e o setor dinâmico dos mercadores e artesãos estabeleceu o choque. A busca desse segmento por autonomia financeira, judiciária e administrativa lhe dava visibilidade, caracterizando-o como um segmento mercantil que necessitava, cada vez mais, de segurança e estradas e que, por esse motivo, investia em obras de

utilidade pública e armamentos. De acordo com Goitia³⁸, esse processo de crescimento deu lugar a um sistema de contribuições voluntárias para parte da categoria mercantil às necessidades mais latentes, dentre elas a construção de muralhas.

De acordo com Leonardo Benevolo³⁹, a cidade fortificada, própria da alta Idade Média e denominada burgo, ocupa um espaço cada vez menor, pois ela expande-se para além das muralhas, tornando-se muitas vezes maior que a matriz que lhe deu origem. Diante desse dinamismo inerente à expansão citadina, um “cinturão de muros” passa a incluir os subúrbios e as outras instalações (igrejas, abadias, castelos), já então fora da demarcação espacial do velho recinto. Esta dinâmica foi constante: quando uma nova cidade formava-se, dava lugar a uma outra leva de crescimento com a construção de outros cinturões de muros cada vez mais amplos.

Para Benevolo⁴⁰, o desenvolvimento das cidades coincidiu com o aparecimento de novos elementos sociais nos quais se incluem os mercadores e artesãos. No discurso alvarino, como já foi pontuado, os mercadores eram identificados pejorativamente à dinâmica urbana, como na passagem abaixo, na qual o franciscano galego citou várias cidades italianas ligadas à atividade mercantil: “[...] concretamente, são mercadores os familiares, secretários, gestores de negócios, e assessores principais de alguns prelados da Igreja, especialmente os de Florença, Sena, Toscana e outras províncias.”⁴¹ Importa anotar que as cidades que aparecem com maior incidência na sua obra são: Florença, Bolonha, Assis, Roma, Sicília, Toscana, Turim, Nápoles, Oxford na Inglaterra, Sevilha, Lião, Paris, Borgonha, Narbona, Lombardia.

Dentre as cidades citadas, destacam-se em seu discurso duas: Bolonha e Paris. Bolonha aparece sempre de forma laudatória devido ao centro de excelência em direito canônico: “Porque não é o ter estado em Bolonha, mas o bem viver e ter estudado lá que deve ser louvado [...]”⁴² No caso de Paris, as referências ensejam não só os conflitos entre o ensino tradicional da cidade italiana e o ensino de Teologia parisiense, mas também a

³⁶ FERRO, Maria José P. *Os judeus em Portugal no século XIV*. Lisboa: Guimarães Editores, 1979, p.14.

³⁷ ALMEIDA, Cibelli Crossetti de. *Topografia e estratificação social: representações e mecanismos de poder na cidade medieval*. Disponível em: <www.abrem.he.com.br/artigos/topografia.htm>. Acesso em: 28 fev. 2005.

³⁸ GOITIA, 1994, p. 87.

³⁹ BENOVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. 259.

⁴⁰ Idem, 1999, p. 251.

⁴¹ EPI II, art. 42º, v. V, 1995, p. 425.

⁴² EPI II, art. 34º, v. V, 1995, p. 329.

incógnita que aquela cidade representava para os que para lá se dirigiam. Le Goff⁴³ ressalta que Paris no século XIV era a maior cidade da Cristandade setentrional, que deve ter atingido cerca de 80 mil habitantes, o que para a época não deixava de ser um grande contingente demográfico.

As críticas sobre esta cidade não chegam a ser explícitas, mesmo porque não se sabe ao certo se Álvaro Pais chegou a conhecê-la. Criticava, no entanto, o fato de que os religiosos que para lá se encaminhavam para estudar, ao invés de fazê-lo, gastavam o tempo e o dinheiro das ordens nos divertimentos que a cidade oferecia (prostíbulos, hospedarias). Paris, na obra de Álvaro Pais, aparece como a cidade do ócio e dos prazeres, identificada à Babilônia, cidade símbolo do pecado.

Le Goff ressalta que “[...] a cidade é sempre, no Ocidente medieval, o símbolo do extraordinário.”⁴⁴ Paris identificava-se com esse extraordinário e era como todas as grandes cidades, um grande pólo de atração e, ao mesmo tempo, de repulsa. O bispo de Silves parece ter nutrido certa repulsa por Paris, identificando-a como a causa da perdição dos religiosos franciscanos, que insistiam em ir para a cidade não para pregar o Evangelho, como fizeram Francisco de Assis e os primeiros membros da Ordem, mas para contrariar a regra menorítica:

*[...] porque raramente vão por obediência, mas com licenças arranjadas, para não dizer extorquidas, e obtidas frequentemente com ameaças e insultos, buscando com elas as suas consolações temporais, como ir a Paris, estar com cardeais, reis, bispos e outros senhores do mundo, visitar parentes e amigos, acariciar nos mosteiros as suas malditas devotas [...] beber, passear, e mais vaguear que chorar em peregrinações.*⁴⁵

Nesta citação, é evidente que o prelado galego atribuí a Paris aspectos eminentemente negativos, identificando-a como fonte de perdição e de pecado. Muito embora criticasse as atitudes dos religiosos que para lá se dirigiam e que se deixavam seduzir e corromper pela

cidade, não deixava de imputar à cidade certa parcela de culpa pelos erros cometidos pelos cidadãos e que, por via de regra, poderiam levar-lhes à morte eterna.⁴⁶

É recorrente na narrativa de Álvaro Pais, a formulação “mas vejo que.” Do ponto de vista da análise discursiva, essa locução expressa um importante aspecto a ser considerado, aquele sobre o lugar que o personagem se concede no interior da narrativa. Trata-se da análise do pensamento de um homem que viveu o seu tempo e que deixou registrada em sua obra a sua visão em relação aos acontecimentos que presenciou e/ou ouviu dos fiéis por meio do ofício sacerdotal. As várias passagens narradas em primeira pessoa indicam que esse pensador sabia que explorava, em primeira instância, a sua perspectiva de mundo.

O fato de Álvaro Pais ter sido um religioso pertencente ao alto clero não invalida a natureza de suas informações sobre o *modus vivendi* de seus contemporâneos. Ao contrário de muitos religiosos de alta patente, o frade galego foi um cosmopolita, não só porque viveu em várias localidades, mas, sobretudo, porque se preocupou com os homens ao seu redor. A sua constante preocupação revelou-se na, também constante, nomeação dos pecados, até mesmo dos elementos então considerados os mais ínfimos da sociedade, guardando, inclusive por esses, o intuito de lhes salvar a alma. A análise da segunda parte do *Estado e Pranto da Igreja* apresenta o relato de pessoas comuns que viviam o cotidiano das cidades ou dos campos realizando toda a sorte de atividades. Em sua lógica agostianiana e neo-platônica, cada um deveria ocupar o seu lugar na *cidade/igreja/sociedade* a fim de que a mesma se mantivesse em perfeita ordem para que, purgando os seus pecados na Jerusalém terrestre, os cristãos pudessem chegar ao fim de sua *peregrinatio* alcançando a Jerusalém Celeste.

Referências

ALMEIDA, Cibelle Crossetti de. *Topografia e estratificação social: representações e mecanismos de poder na cidade*

⁴³ LE GOFF, Jacques. *A civilização do ocidente medieval*. Lisboa: Estampa, 1983. v. II, p. 51.

⁴⁴ Idem, 1983, p. 51.

⁴⁵ EPI II, art. 70º, v. VIII, 1998, p.481.

⁴⁶ EPI II, art. 66º, 1997, v. VII, p. 241-243. “De fato, hoje verdadeiramente alguns frades, que vão por obediência, para Paris especialmente e outros lugares, não vão para estudar e ser úteis a si e aos outros... mas pra alcançarem preeminências e infetarem a Ordem e os seus irmãos com suas parcialidades, divisões, honras, pompas e desregramentos [...]. [...] Com que consciência então estes míseros, mormente os que vão por mercê para Paris, gastam, e outros irmãos estalajadeiros recebem por ano, tamanha quantidade de dinheiro, uns 30 florins... Eu não vejo nem ninguém de olhos puros e claros pode ver, mas vejo que vai expressamente contra a regra e as declarações preditas”.

- medieval. Disponível em: <www.abrem.he.com.br/artigos/topografia.htm>. Acesso em: 28 fev. 2005.
- ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BARBOSA, João Morais *O De statu et planctu ecclesiae*: estudo crítico. Lisboa: Ed. Universidade Nova de Lisboa, 1982.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- FERRO, Maria José Pimenta. *Os judeus em Portugal no século XIV*. Lisboa: Guimarães Editores, 1979.
- FRISBY, David. FRISBY, David. The metropolis as text: Otto Wagner and Vienna's "Second Renaissance", *Renaissance and modern studies*, Nothingan (UK), n. 40, 1998.
- GOITIA, Fernando Chueca. *Breve história do urbanismo*. 4. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
- GOMES, Francisco José da Silva Peregrinatio e Stabilitas. *Monaquismo e Cristandade Ocidental do século VI a VIII*. In: RIBEIRO, Maria Eurydice de B. O saber na Idade Média. *Textos de História*: Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB. V. 9, n. 1/2. Brasília: UnB, 2001.
- LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*: conversações com Jean Lebrum. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.
- _____. *A civilização do ocidente medieval*. v. II. Lisboa: Estampa, 1983.
- MENESES, Ulpiano Bezerra T. de. Morfologia das cidades brasileiras. Introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. *Revista USP*, n. 30. São Paulo, jun/ago 1996.
- PAIS, Álvaro. *Estado e pranto da Igreja*. Trad. Miguel Pinto de Meneses. Lisboa: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, volume IV, 1994; volume V, 1995; volume VI, 1996; volume VII, 1997; volume VIII, 1998.
- ROSSIAUD, Jacques. O cidadão e a vida na cidade. In: Jacques Le GOFF. *O homem medieval*. Lisboa: Presença, 1989.